



ACÓRDÃO Nº966/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1455/2008.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA
- 4- **Exercício:** 2007.
- 5- **Responsável:** Marco Aurélio de Mendonça.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM e DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3948/2016-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA. Exercício de 2007.

Alcance. Irregularidade. Multa. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Considerar EM ALCANCE**, nos termos do artigo 304, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM), o Senhor **Marco Aurélio de Mendonça**, Secretário de Estado de Infraestrutura, à época, na importância de **R\$ 16.034.340,46** (dezesesseis milhões, trinta e quatro mil, trezentos e quarenta reais e quarenta e seis centavos), em razão do alcance listado nos itens 12; 20; 34; 48; 59; e 66, assim especificados abaixo:

(...)

“TERMO DE CONTRATO Nº. 040/2007 – SEINFRA E LAGHI ENGENHARIA LTDA

12) Sem justificativas para o Aditivo de prazo que gerou acréscimo de R\$ 201.961,11, do Contrato. Diante da ausência de justificativas para sanear tal impropriedade, concordo com a DICOP, devendo o responsável **ressarcir o erário no montante de R\$ 201.961,11 (duzentos e um mil, novecentos e sessenta e um reais e onze centavos)**



ACÓRDÃO Nº966/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

TERMO DE CONTRATO Nº. 055/2007 – SEINFRA E
CONSTRUTORA ETAM LTDA

*Sem justificativas para a extrapolação do limite legal para a realização do aditivo contratual, 3º Termo Aditivo no valor de R\$ 523.823,02 e 4º Termo Aditivo no valor de R\$ 668.689,73, representando 43,83% do valor do contrato, tendo em vista que os limites para supressões e acréscimos são independentes e não compensatórios (Lei nº. 8.666/1993, art. 65, II, d, §1º). Diante da ausência de justificativas para sanear tal impropriedade, concordo com a DICOP, devendo o responsável **ressarcir o erário no montante de R\$ 1.192.512,75 (um milhão, cento e noventa e dois mil, quinhentos e doze reais e setenta e cinco centavos).***

TERMO DE CONTRATO Nº. 019/2007 – SEINFRA E W. P.
CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E TERRAPLENAGEM LTDA

*34) Ausência de justificativas para o pagamento de serviços constantes na 1ª Medição no valor de R\$ 5.929.202,53, medidos e aprovados pela fiscalização no dia seguinte após a assinatura do contrato no dia 25/05/2007; Justificar o pagamento de serviços constantes na 2ª Medição no valor de R\$ 3.841.774,56, medidos e aprovados pela fiscalização 21 dias após a assinatura do contrato dia 14/06/2007. Diante da ausência de justificativas para sanear tal impropriedade, concordo com a DICOP, devendo o responsável **ressarcir o erário no montante de R\$ 8.014.467,85 (oito milhões, quatorze mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos).***

TERMO DE CONTRATO Nº. 008/2007 – SEINFRA E
EMPRESA CONSTRUTORA SOMA LTDA.

*48) Sem justificativas para a realização de Aditivo, no valor de R\$ 893.412,02, apresentando razões técnicas em forma de relatório contendo, entre outras coisas, memorial de cálculo de todos os itens de serviços alterados (acréscimos/decréscimos). Diante da ausência de justificativas para sanear tal impropriedade, concordo com a DICOP, devendo o responsável **ressarcir o erário no montante de R\$ 893.412,02 (oitocentos e noventa e três mil, quatrocentos e doze reais e dois centavos)***



ACÓRDÃO Nº966/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

**TERMO DE CONTRATO Nº. 068/2007 – SEINFRA E
EMPRESA CONSTRUTORA SOMA LTDA**

Quanto ao valor integral do Contrato com o Aditivo, no valor de R\$ 4.832.676,17, uma vez que o objeto e os serviços contidos neste contrato já foram contemplados no contrato CT-033/2005-SEINF (Conjunto de Obras para a Construção de Retorno em Passagem de Nível, nas proximidades do Conjunto Santos Dumont). Nesta deixa, e seguindo a mesma linha conclusa acima, será incluída da conclusão deste Relatório a sugestão de ressarcimento ao Erário do valor de R\$ 3.581.910,70, correspondente ao valor pago à Construtora SOMA LTDA pela obra durante o exercício de 2007, conforme informação obtida pelo ACP. Diante da ausência de justificativas para sanear tal impropriedade, concordo com a DICOP, devendo o responsável **ressarcir o erário no montante de R\$ 3.581.910,70 (três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, novecentos e dez reais e setenta centavos).**

**TERMO DE CONTRATO Nº. 014/2007 – SEINFRA E
EMPRESA ECONCEL EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL
E ELÉTRICA LTDA**

66) Quanto ao valor integral do Contrato com o Aditivo, no valor de R\$ 3.979.740,81, uma vez que o objeto e os serviços contidos neste contrato já foram contemplados no contrato CT-033/2005-SEINF (Conjunto de Obras para a Construção de Retorno em Passagem de Nível, nas proximidades do Conjunto Santos Dumont). Busca-se a verdade material, devido respeito ao erário público e a responsabilização aos que são de direito. E, utilizando os mesmos termos da conclusão da restrição anterior, será incluída a sugestão de ressarcimento ao erário no valor de R\$ 2.150.076,03, correspondente ao valor pago à Empresa ECONCEL pela obra durante o exercício de 2007, conforme informação obtida pelo ACP. (Conforme Tabela demonstrada às fls. 1435 destes autos. Diante da ausência de justificativas para sanear tal impropriedade, concordo com a DICOP, devendo o responsável ressarcir o erário no montante de R\$ 2.150.076,03 (dois milhões, cento e cinquenta mil, setenta e seis reais e três centavos);

- 9.2. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias**, para que recolha o valor do débito aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação nestes autos (art. 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da



ACÓRDÃO Nº966/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

- 9.3. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Marco Aurélio de Mendonça**, Secretário de Infraestrutura e Ordenador de Despesas, nos termos dos arts. 18, II, da LC nº. 6/91, c/c art. 1º, II, art. 22, III, “b” e “c”, todos da Lei 2423/96 e art. 188, §1º, III, “b” e “c”, a Prestação de Contas da Secretaria de Infraestrutura, exercício de 2007;
- 9.4. Aplicar multa ao Sr. Marco Aurélio de Mendonça**, Secretário de Infraestrutura e Ordenador de Despesas, no montante de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), na forma prevista no art. 1º, XXVI, da Lei 2423/1996, nos termos do art. 54, II, da Lei 2423/1996 c/c art. 308, VI, do RITCE, inciso acrescentado pelo art. 2º, da Res. nº. 25/2012, pelo cometimento das impropriedades listadas de nºs. 01 a 66 do Relatório/Voto;
- 9.5. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** (artigo 174 do RITCE/AM) para que o Senhor **Marco Aurélio de Mendonça**, Secretário de Estado de Infraestrutura e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002 – RITCE;
- 9.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:**
- a)** Encaminhe à atual Administração da Secretaria de Estado de Infraestrutura, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;
 - b)** Notifique o Senhor Marco Aurélio de Mendonça, Secretário de Estado de Infraestrutura e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso;
 - c)** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160,



ACÓRDÃO Nº966/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 6 de Dezembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazonia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral